

LUIZ REGIS PRADO
DENISE HAMMERSCHMIDT
DOUGLAS BONALDI MARANHÃO
MÁRIO COIMBRA

AUTORES



DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

LUIZ REGIS PRADO
COORDENAÇÃO

RENÉ ARIEL DOTTI
Prefácio

4ª EDIÇÃO
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Direito de Execução Penal

4.^a edição revista, atualizada e ampliada

LUIZ REGIS PRADO
DENISE HAMMERSCHMIDT
DOUGLAS BONALDI MARANHÃO
MÁRIO COIMBRA

Coordenação da obra

LUIZ REGIS PRADO

1.^a edição: 2009; 2.^a edição: 2011; 3.^a edição: 2013



© desta edição [2017]

Diagramação eletrônica: TCS - Tata Consultancy Services - CNPJ 04.266.331/0001-29
Impressão e encadernação: Orgrafic Gráfica e Editora Ltda., CNPJ 08.738.805/0001-49

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Visite nosso site: www.rt.com.br
CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800.702.2433
e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Impresso no Brasil [04-2017]

Profissional
Fechamento desta edição [15.02.2017]



ISBN 978-85-203-7096-4

SUMÁRIO

PREFÁCIO – RENÉ ARIEL DOTTI.....	9
----------------------------------	---

I

HISTÓRIA DA EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRA

1. Evolução histórica da Execução Penal no Brasil	25
2. Período republicano.....	46

II

PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Princípios da Execução Penal.....	56
2. Princípio da legalidade	57
3. Princípio do devido processo legal	58
4. Princípio da humanidade	59
5. Princípio da jurisdicionalidade.....	61
6. Princípios do contraditório e da ampla defesa	62
7. Princípio da igualdade	64
8. Princípio da individualização da pena	64
9. Princípio da publicidade.....	67

III

OBJETO E APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL ARTIGOS 1.º A 4.º DA LEP

1. Do objeto da execução penal.....	70
2. Da jurisdição do Juízo da Execução Criminal.....	72
3. Dos presos provisórios.....	75
4. Condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar.....	77
5. Direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.....	78
6. Discriminação	81
7. A comunidade como ente colaborador.....	82

IV

CLASSIFICAÇÃO DOS CONDENADOS

ARTIGOS 5.º A 9.º DA LEP

1. Exame de personalidade.....	85
2. Exame criminológico.....	87

V

PERFIL GENÉTICO COMO FORMA
DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL E BANCO DE DADOS
DE DNAs DE CRIMINOSOS ART. 9.º-A DA LEP

1. Perfil Genético como forma de Identificação Criminal e Banco de Dados de DNAs de criminosos.....	92
2. A Lei Brasileira 12.654, de 28 de maio de 2012, que alterou as Leis 12.037, de 1.º de outubro de 2009, e 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.....	94
3. As informações genéticas contidas nos bancos de perfis genéticos dos criminosos deverão respeitar as normas constitucionais e internacionais sobre direitos humanos, genoma humano e dados genéticos.....	96
4. Perfis genéticos e sua regulação na Lei Processual Penal e na Lei de Execução Penal Brasileira (LEP – Lei 7.210/1984).....	98
5. Das hipóteses, dos requisitos e da constitucionalidade da extração do DNA...	101
5.1. Requisitos para a extração do DNA	102
5.2. Consentimento do submetido à extração do DNA	102
6. Do sigilo e da segurança dos dados genéticos	109

VI

ASSISTÊNCIA
ARTIGOS 10 A 27 DA LEP

1. Aspectos gerais	114
2. Assistência material	117
3. Assistência à saúde	118
4. Assistência jurídica	121
5. Assistência educacional	122
6. Assistência social	124
7. Assistência religiosa	125
8. Assistência ao egresso	126

VII

TRABALHO
ARTIGOS 28 A 37 DA LEP

1. Aspectos gerais	129
--------------------------	-----

2. Trabalho interno	132
3. Trabalho externo.....	134

VIII

DEVERES E DIREITOS
ARTIGOS 38 A 43 DA LEP

1. Deveres do preso.....	139
2. Direitos do preso.....	141

IX

DISCIPLINA
ARTIGOS 44 A 60 DA LEP

1. Considerações iniciais	146
2. Faltas disciplinares	150
3. Regime disciplinar diferenciado	156
4. Sanções	158
5. Recompensas	159
6. Aplicação das sanções	160
7. Procedimento disciplinar.....	161

X

ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL
ARTIGOS 61 A 81 DA LEP

1. Órgãos da execução penal	166
2. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.....	166
3. Juízo da Execução.....	170
4. Ministério Público	173
5. Conselho Penitenciário.....	175
6. Departamentos Penitenciários	176
6.1 Departamento Penitenciário Nacional	176
6.2 Departamento Penitenciário local.....	177
6.3 Direção administrativa e de pessoal dos estabelecimentos penais.....	177
7. Patronato	178
8. Conselho da Comunidade	179
9. Defensoria Pública	180

XI

ESTABELECIMENTOS PENAIS
ARTIGOS 82 A 104 DA LEP

1. Estabelecimentos penais	184
----------------------------------	-----

2. Penitenciária	189
2.1 Penitenciária Federal	191
3. Colônia agrícola, industrial ou similar	193
4. Casa do albergado.....	194
5. Centro de Observação.....	195
6. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	196
7. Cadeia Pública	197

XII

EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE:
PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE
ARTIGOS 105 A 146 DA LEP

1. Guia de recolhimento	202
2. Cálculo de liquidação e soma das penas.....	204
3. Superveniência de doença mental	205
4. Regimes.....	205
5. Soma, unificação de pena, detração, remição e fixação de regime	208
5.1 Detração penal	209
6. Progressão de regime	211
6.1 Requisito objetivo	214
6.2 Requisito subjetivo.....	215
6.3 Progressão nos crimes hediondos ou equiparados.....	216
7. Regime aberto	217
7.1 Progressão por saltos ou <i>per saltum</i>	219
8. Regressão de regime.....	220
9. Monitoração Eletrônica	222
9.1 Regulamentação da Monitoração eletrônica	225
10. Permissão de saída prisional.....	228
11. Saída temporária	229
11.1 Requisitos para a concessão da saída temporária.....	230
11.2 Condições legais e fiscalização.....	231
11.3 Prazo para saída temporária.....	232
11.4 Revogação da saída temporária	232
11.5 Calendário de saídas temporárias ou saídas temporárias automatizadas..	233
12. Remição	236
12.1 Contagem do tempo remido	237
12.2 Decisão judicial.....	240
12.3 Perda do tempo remido.....	240

12.4 Tempo remido e benefícios	241
12.5 Remição da pena pelo doador de sangue	242
13. Livramento condicional	243
13.1 Requisitos de ordem objetiva	243
13.2 Requisitos de ordem subjetiva	245
13.3 Concessão do livramento	246
13.4 Condições	247
13.5 Carta de livramento, cerimônia, caderneta e pecúlio	248
13.6 Observação cautelar e proteção	248
13.7 Revogação obrigatória e facultativa	249
13.8 Efeitos da revogação.....	250
13.9 Modificação das condições	250
13.10 Suspensão do livramento.....	251
13.11 Prorrogação do período de prova e extinção da pena.....	251

XIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS ARTIGOS 147 A 155 DA LEP

1. Penas restritivas de direitos e execução penal	256
2. Requisitos objetivos e subjetivos para substituição da pena	258
3. Espécies de penas restritivas de direitos	261
3.1 Prestação pecuniária	261
3.2 Perda de bens e valores	263
3.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	264
3.4 Interdição temporária de direitos.....	266
3.5 Limitação de fim de semana.....	270
4. Conversão da pena na execução	270
5. Fiscalização e regras para execução.....	273

XIV

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA ARTIGOS 156 A 163 DA LEP

1. Conceito e natureza jurídica.....	278
2. Requisitos	279
3. Espécies	281
4. Condições.....	283
5. Período de prova.....	284
6. Revogação	284
7. Prorrogação.....	285

8. Extinção.....	286
9. Competência.....	286

XV

PENA DE MULTA
ARTIGOS 164 A 170 DA LEP

1. Conceito, natureza jurídica e aplicação da pena de multa	290
2. Pagamento e parcelamento	292
3. Conversão e suspensão da pena de multa	297
4. Da prescrição da pena de multa na execução	297

XVI

EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA
ARTIGOS 171 A 179 DA LEP

1. Considerações preliminares.....	302
2. Conceito	304
3. Pressupostos	304
4. Aplicação	306
5. Espécies	307
6. Execução.....	308
7. Guia de internação.....	309
8. Cessação da periculosidade	310
9. Desinternação	312

XVII

DAS CONVERSÕES
ARTIGOS 180 A 184 DA LEP

1. Incidentes de execução.....	313
1.1 Considerações preliminares	313
1.2 Conversões.....	315
1.2.1 Pena privativa de liberdade em penas restritivas de direito.....	315
1.2.2 Penas restritivas de direito em pena privativa de liberdade.....	316
1.2.3 Impossibilidade de conversão da pena de multa.....	317
1.2.4 Pena privativa de liberdade em medidas de segurança.....	318
1.2.5 Tratamento ambulatorial em internação	320

XVIII

EXCESSO OU DESVIO
ARTIGOS 185 E 186 DA LEP

1. Considerações preliminares.....	323
------------------------------------	-----

2. Excesso ou desvio	326
3. Legitimidade para suscitar o incidente	328

XIX

ANISTIA, GRAÇA E INDULTO
ARTIGOS 187 A 193 DA LEP

1. Anistia	331
2. Graça	333
3. Indulto	334
3.1 Decreto 7.873 de 26 de dezembro de 2012	336
3.1.1 Requisitos para Indulto	336
3.1.2 Requisitos para a Comutação	339
3.1.3 Falta disciplinar de natureza grave	340
3.1.4 Pena de multa e o indulto	341
3.1.5 Crimes hediondos ou equiparados e a concessão de indulto e comutação	341
3.1.6 Cabimento de indulto e comutação	344
3.1.7 Procedimento judicial	345
3.2 Decreto 8.172 de 24 de dezembro de 2013	345
3.2.1 Requisitos para o Indulto	345
3.2.2 Requisitos para a Comutação	349
3.2.3 Falta disciplinar de natureza grave	350
3.2.4 Pena de multa e o indulto	350
3.2.5 Crimes hediondos ou equiparados e a concessão de indulto e comutação	350
3.2.6 Cabimento de indulto e comutação	351
3.2.7 Procedimento judicial	351
3.3 Decreto 8.380 de 24 de dezembro de 2014	352
3.3.1 Requisitos para o Indulto	352
3.3.2 Requisitos para a Comutação	355
3.3.3 Falta disciplinar de natureza grave	356
3.3.4 Pena de multa e o indulto	356
3.3.5 Crimes hediondos ou equiparados e a concessão de indulto e comutação	356
3.3.6 Cabimento de indulto e comutação	357
3.3.7 Procedimento judicial	358
3.4 Decreto 8.615 de 23 de dezembro de 2015	358
3.4.1 Requisitos para o Indulto	358

3.4.2	Requisitos para a Comutação.....	363
3.4.3	Falta disciplinar de natureza grave.....	364
3.4.4	Pena de multa e o indulto.....	364
3.4.5	Crimes hediondos ou equiparados e a concessão de indulto e comutação.....	364
3.4.6	Cabimento de indulto e comutação.....	365
3.4.7	Procedimento judicial.....	366
3.5	Decreto 8.940 de 22 de dezembro de 2016.....	366
3.5.1	Requisitos para o Indulto.....	366
3.5.2	Falta disciplinar de natureza grave.....	369
3.5.3	Pena de multa e o indulto.....	369
3.5.4	Crimes hediondos ou equiparados e a concessão de indulto e comutação.....	370
3.5.5	Cabimento de indulto.....	370
3.5.6	Procedimento judicial.....	370
4.	Análise acerca das distinções existentes entre saída temporária, permissão de saída e indulto.....	371

XX

PROCEDIMENTO JUDICIAL
ARTIGOS 194 A 197 DA LEP

1.	Processo e procedimento judicial.....	382
2.	Iniciativa.....	384
3.	Procedimento.....	385
3.1	Videoconferência na execução penal.....	386
3.2	Direito de visita de adolescente e criança ao detento.....	389
4.	Agravo em execução.....	391
5.	A execução provisória da pena.....	394
5.1	Histórico acerca do tema.....	395
5.2	<i>O Habeas Corpus</i> 126.292.....	397
5.3	O início da execução provisória da pena.....	401
5.4	Procedimento para a execução provisória da pena.....	401
5.5	Alguns questionamentos sobre a execução provisória.....	403

XXI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
ARTIGOS 198 A 204 DA LEP

1.	Disposições finais e transitórias.....	407
	BIBLIOGRAFIA.....	413